

O NACIONAL-POPULAR EM MÁRIO DE ANDRADE

Cíntia Camargo Vianna
UNESP/ São José do Rio Preto

Ao voltar os olhos para o movimento modernista brasileiro, o estudioso depara-se com uma grande variedade de caminhos para a chamada “modernização” da arte. Entre essas possibilidades, pode-se destacar a experimentação estética e a busca de nacionalização da arte e do pensamento nacional.

Nesse trabalho, tomaremos a busca da nacionalização da produção artística e do pensamento como foco de interesse. O movimento modernista apresenta diferentes “soluções” para o problema da nacionalidade na arte brasileira, dentre elas, destacamos aquela em que a cultura popular aparece como elemento fundamental para a implementação de processos de ampliação e libertação da arte erudita. A esta “solução” pode-se vincular o projeto para a nacionalização da arte erudita elaborado por Mário de Andrade.

De modo geral, o processo de ampliação tem como um de seus principais objetivos propiciar à produção erudita um maior alcance. O principal fator a ser considerado é o sentimento de pertença nacional, alcançado por meio da inclusão criativa de elementos e estruturas próprias da cultura popular no cerne da arte erudita.

Já o processo de libertação (dos limites impostos pela tradição erudita) está relacionado com a possibilidade de veiculação de uma ideologia contrária à ideologia vigente (dominante).

Mário de Andrade efetua uma “junção” dos dois processos, a ampliação e a libertação. Em seu projeto, o autor aponta a necessidade da constante pesquisa de novas soluções para a produção artística (inovações estéticas) e, além disso, julgava fundamental que a intelectualidade brasileira trabalhasse em favor da atualização da “Inteligência” nacional, para que se efetivasse

não só um processo de libertação da tradição erudita, importada e castradora, mas também e, em outro plano, do pensamento nacional.

Inserida nesse contexto, a cultura popular configurar-se-ia como um “espaço” no qual se tornaria possível a materialização da “ideologia dos dominados” e, por extensão, a nacionalidade passaria a ser vista a partir da concepção de nacional do povo, como sugere Hobsbawm (1998).

Em seu trabalho como investigador da gênese da manifestação de cultura popular brasileira e, porque não, do próprio homem brasileiro, Mário de Andrade busca determinar ou delimitar a nacionalidade a ser representada ou expressa na produção artística, além de ocupar-se também da verificação da natureza dos elementos étnico-culturais que serão incorporados à arte erudita para que sua nacionalização se efetive.

O leitor pode indagar-se sobre qual seria a concepção de nacional de Mário de Andrade ou qual seria a relação do conceito de nacional com a esfera da cultura popular. É preciso dizer que com essa associação entre os conceitos de nacional e popular, Mário traz à tona em seus textos a questão do conflito de classes.

Por isso, achamos prudente verificar se ao associar nacional e popular, o modernista está atrelando sua “nova arte erudita” à classe dominada e se essa utilização de elementos e estruturas da cultura popular trarão, necessariamente, a ideologia do dominado para o cerne da produção erudita.

É preciso dizer que Mário de Andrade prevê em seu projeto que a arte seja *feita com* a cultura popular, mas não formula sobre a necessidade de que essa produção seja *feita para* o povo. Observamos que, nesse caso, o povo (a massa) é *material* para a criação e não *público-alvo* da mesma.

Ampliando o universo no qual a relação de conflito de classes está encerrada para além das relações de trabalho, temos que o real objetivo de Mário de Andrade é romper os limites

impostos pela relação de *dominação cultural* que se estabelece entre *centro* (Europa) e *margem* (o Brasil, por exemplo).

Nesse ponto, julgamos pertinente estabelecer um breve diálogo entre a conceituação sobre nacional-popular feita por Gramsci (1978) e as formulações de Mário de Andrade.

Para o autor italiano, o popular é visto segundo determinações socioeconômicas da divisão social de classes (obscurecidas pelo capitalismo). Segundo ele, deve interessar aos que se ocupam do estudo do elemento popular, o “estrato” da sociedade em que figuram aqueles que estão em contradição com a religião e a moral vigentes.

Diante da tarefa de criar uma arte nacional-popular, o intelectual surge como uma espécie de detentor do saber, de uma verdade absoluta e com a função de unir aquilo que a própria realidade política, muitas vezes, encarrega-se de separar, isto é, os conceitos de Povo e Nação. É a partir dessa função atribuída ao intelectual que surge a necessidade de estabelecer-se uma identidade cultural e, conseqüentemente, uma unidade social.

Gramsci verifica a ausência de uma literatura nacional-popular na Itália e aponta como exemplo de escritores populares, nomes como o de Shakespeare, Goldoni, Tolstoi, Dostoievski, Vitor Hugo.

Notamos que tanto nos exemplos citados pelo autor italiano quanto no caso do modernista brasileiro, a nacionalidade ou o nacional-popular não reside na origem do elemento que é retirado da manifestação cultural dos dominados, mas sim da representação desse ou daquele elemento e, no caso específico do trabalho de Mário de Andrade, verifica-se também uma preocupação especial com o tratamento dado pelo povo a esses elementos.

É preciso dizer que para Gramsci, a concepção de popular está, em grande parte, relacionada com o nível de aceitação dos textos por parte do povo. Literatura popular seria aquela que tivesse maior alcance ou que conseguisse atingir o gosto do povo (Gramsci, 1978, p.104). Na

verdade, para o autor, é o gosto pela ideologia veiculada pela literatura que motiva a maior ou menor aceitação dos textos por parte do povo.

Diante dessas formulações e pensando no uso do termo “popular” feito por Mário de Andrade, vemos que não se trata exatamente do mesmo tipo de concepção. Mário de Andrade está interessado nos procedimentos envolvidos na nacionalização da arte, seu objetivo é determiná-los. Além disso, postula sobre a necessidade de se produzir uma arte erudita construída a partir da integração de elementos étnico-culturais e estruturas da cultura popular que tenham sido submetidos a esses processos nacionalizadores (deformação e adaptação – processo de autenticação).

Mário de Andrade não está preocupado com o futuro dessa arte nacional (com quem vai recebê-la), sua preocupação é com a produção da mesma. Para ele, o que importa é a nacionalização da produção de arte erudita e não sua popularização. Não era relevante para ele, pelo menos não naquele momento, saber se o processo de incorporação de elementos e estruturas populares ao processo construtivo erudito faria com que essa arte passasse a ser “consumida” pelo povo.

Dessa forma, fica claro que a preocupação central da proposta de nacionalização da literatura a partir do popular feita por Gramsci instaura-se no plano da “representatividade social”, ao passo que no caso das propostas de Mário de Andrade, essa preocupação instaura-se no plano da “representatividade nacional”.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. *Obras completas de Mário de Andrade*. São Paulo: Livraria Martins, 19--.

GRAMSCI, A *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOBBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde de 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.